

# FAKE NEWS E RELIGIÃO NO DESEMPENHO POLÍTICO

Rafael López Villaseñor  
rafamx65@gmail.com

*RESUMO: A reflexão do nosso artigo faz uma breve abordagem do uso das fake news e da religião nas eleições presidenciais, a partir estratégias político-religiosas dos grupos conservadores, em que se utilizam das redes sociais e as fake news para desqualificar e demonizar o candidato adversário no segundo turno presidencial. Durante a campanha política apareceu uma parceria entre política e religião, tanto nas igrejas pentecostais como em setores conservadores da Igreja Católica. Usou-se um discurso político e religioso da luta do bem contra o mal para persuadir os fiéis-eleitores a votarem no candidato apoiado pelos líderes religiosos.*

*ABSTRACT: The reflection of our article makes a brief approach to the use of religion and fake news in presidential elections, based on political-religious strategies of conservative groups, in which they use social networks and fake news to disqualify and demonize the candidate. opponent in the second presidential round. During the political campaign, a partnership between politics and religion appeared, both in Pentecostal churches and in conservative sectors of the Catholic Church. A political and religious discourse of the struggle for good against evil was used to persuade voters to vote for the candidate supported by religious leaders.*

Nos últimos tempos há um aumento do fantasma, do fundamentalismo, do integrismo religioso e político com certas características fascistas, sendo uma ameaça não apenas para o Brasil, mas também para o mundo, com um programa e algumas estratégias concretas. Não se trata apenas de alguns grupos marginais, mas de movimentos religiosos e políticos organizados e bem coordenados que marcam a agenda política, controlam governos ou têm possibilidade de fazer isso no curto prazo. Constroem ao redor do ódio, criam inimigos através do uso das redes sociais e dos meios de comunicação por meio de *fake news*.

Ficamos atônitos diante da escalada do fanatismo na América Latina e no mundo, por parte de alguns “cristãos” integristas, apoiando ideologias e práticas de extrema-direita e desqualificando, muitas vezes por meio de *fake news* qualquer pensamento contrário ou diferente ao deles; porém será que esse tipo de atitudes vai ao encontro do projeto de Jesus Cristo? Qual é a relação entre religião e política? Com se deu a participação de setores da Igreja católica e das igrejas pentecostais na última eleição presidencial? Qual são os efeitos das *fake news* na política? Para tentar responder a estas questões, nos propomos desenvolver uma reflexão visando o engajamento político dos grupos religiosos “cristãos” conservadores de extrema-direita a partir da realidade concreta da eleição presidencial de 2018 no Brasil.

Também a pandemia do covid-19 acentuou o clima de ódio e de polarização ideológica perene, originado há algum tempo sobre questões ideológicas e políticas partidárias. Esse clima não marca apenas a cultura, o convívio social e a política, mas penetrou também nos ambientes eclesiais, fazendo com que as opções partidárias e ideológicas entrem no ambiente teológico, sendo alimentadas as diferenças pelas *fake news* por meio das redes sociais. Portanto, passou-se a combater e não aceitar o diferente, o que tem convicções políticas e religiosas diversas.

No nosso texto num primeiro momento apresentamos de maneira rápida, algumas pinceladas da relação entre religião e política. A atuação religiosa-política passa pelos grupos e pelas igrejas pentecostais evangélicas, como pelos movimentos católicos conservadores, que fundamentam os discursos em inverdades tanto do candidato apoiado, como dos adversários. Enfim, na eleição presidencial de 2018, aparece claramente a atuação dos grupos religiosos fundamentalistas e integristas de extrema-direita que tem um papel fundamental com a sua ação política nas redes sociais por meio de postagens de *fake news*.

## 1. RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA

Religião e política sempre andaram de mãos dadas, desde a origem da humanidade. A religião se utilizou da política para manter os privilégios e vice-versa, a política utilizou da religião para se manter no poder, mas essa parceria também foi questionada muitas vezes. Inclusive, em algumas ocasiões a religião católica foi usada como um instrumento de governo, mas também a religião usou da política para manter as regalias e o domínio da sociedade. Todavia, houve tempos em que a religião católica esteve “contra” a política de esquerda, porque a considerar inconciliável com a prática cristã, sendo crítica da mesma, propondo-se a transformá-la radicalmente. Por sua vez, houve também ocasiões em que a doutrina protestante tradicional se distanciou das atividades políticas e sociais: “Crente não se deve meter em política”. Contudo, a parceria entre a política e religião vem ganhando destaque em vários países, como por exemplo no México e no Brasil, por parte das igrejas pentecostais, com a indicação e participação de alguns candidatos evangélicos nas eleições dos últimos anos “crente vota em crente”. A prática ganhou muita importância no campo político, por causa ao seu espetacular crescimento das Igrejas Evangélicas Pentecostais e com a transferência de votos dos fiéis-eleitores durante as campanhas para candidatos apoiados pelas igrejas, usando o capital religioso, através da persuasão das teologias, do púlpito, das práticas e dos discursos religiosos, inclusive manipulando textos bíblicos.

Na contramão na América Latina está a Teologia da Libertação, em continuidade com a doutrina social da Igreja Católica, introduziu alguns elementos novos na política. Apresentou o desafio de uma religião que não fosse nem apolítica, nem contra a política, mas propõe uma maneira diferente de fazer política, inspirada nos princípios do cristianismo, que combatam às injustiças sociais. Faz uma crítica radical ao sistema capitalista, o considerado profundamente injusto, baseado na exploração que cria ricos cada vez mais ricos às custas de pobres cada vez mais pobres. A teologia da América Latina ao fazer uma clara opção

pelos pobres, pensou na escolha de algum tipo de socialismo, como alternativa para a construção de uma nova sociedade justa e fraterna. Entendeu refletiu-se na concepção do pecado não somente como culpa individual, mas também estrutural, que pode ser superado por meio da transformação política. Identificou a Igreja “Povo de Deus”, a partir da opção pelos pobres, oprimidos, excluídos, marginalizados, como sujeitos da transformação social. Enfim, a opção preferencial pelos pobres entendida como engajamento na ação sócio transformadora do mundo (cf. TOSI, 2018, p. 400-401). Neste sentido no Brasil, a Igreja Católica, durante a ditadura militar, incentivou a prática do cristianismo no engajamento dos problemas sociais, tendo um papel importante na transição da ditadura militar para a democracia, inclusive no processo de consolidação da soberania popular.

De acordo com Giuseppe Tosi, a política, a religião e a democrática, não são atividades meramente racionais, precisam de mitos, de sentimentos, de identificações coletivas, de valores compartilhados, de identidades, de segurança, de administração do medo, e isso é o que as religiões oferecem e que a democracia nem sempre consegue oferecer. Entretanto, a religião é um poderoso instrumento de poder, assim como de crítica ao poder, as duas posturas podem conviver no mesmo espaço religioso. A religião precisa exercer a sua atuação pública, dentro dos limites constitucionalmente definidos. O perigo dos fundamentalismos é exatamente a falta de respeito dos limites e a pregação de uma religião que ameaça os direitos humanos e o Estado de direito. Neste sentido, a democracia deve assumir uma postura firme contra os dogmatismos, os integristas, os fanatismos, a intolerância, a violência das religiões fundamentalista (TOSI, 2018, p. 417-418).

Certamente na atualidade no Brasil, existe um certo fundamentalismo político e religioso em setores da sociedade. É um perigo real em que a democracia pode ser “democraticamente” derrubada pelos antidemocráticos, pelos intolerantes da extrema-direita. Entretanto, a democracia deve assumir uma postura firme contra os dogmatismos, os fanatismos, a intolerância, a violência das religiões fundamentalistas (TOSI, 2018, p. 408).

Seguramente, diante de uma política fundamentalista de extrema-direita passamos pelo perigo do desrespeito à vida, através da intolerância, da violência externada em apologias ao ódio, à tortura, à ditadura, ao armamento, ao desprezo pela alteridade, à relativização das instituições, das crenças, das culturas, à devastação da natureza. Todas essas atitudes ultrapassaram os princípios religiosos e cristãos, assim como a linha da dignidade humana, da lisura e do bom senso, como o ataque à liberdade de expressão, o controle das investigações policiais, a estigmatização de adversários por meio de discursos de ódio, menosprezo e fake-news.

## **2. A PARTICIPAÇÃO DA RENOVAÇÃO CARISMÁTICA NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL**

Infelizmente, a Igreja Católica no Brasil teve grande atuação na eleição presidencial de 2018, embora nunca de forma oficial pela hierarquia, mas através dos grupos conservadores, tendo um destaque especial a Renovação Carismática Católica (RCC) e a Canção Nova, que pediam abertamente para não votar “em nenhum candidato da esquerda”, elegendo candidatos “contra a ideologia de gênero” pois só desse jeito o Brasil seria renovado, inclusive tendo “Bolsonaro como presidente”. Assim por exemplo, o Padre Antônio Furtado, membro da Comunidade Católica Shalom, durante a “festa dos arcanjos” que reuniu aproximadamente 20 mil pessoas, realizada no dia 29 de setembro de 2018, iniciou a homilia a partir da manipulação do texto do Apocalipse 12, fez aos participantes repetirem, inúmeras vezes, a expressão “dragão vermelho” para referir-se ao demônio. Vermelho, a cor da esquerda; mais precisamente, a cor do PT (Partido dos Trabalhadores). Relembrou as mensagens das supostas aparições da Virgem Maria em Fátima, no ano de 1917, destacando a necessidade do “anticomunismo russo”. “Esse dragão, esse bicho vermelho, está mais presente do que você imagina. Ele tem cabeças pensantes no mundo para impedir a ação da igreja”, disse ele. Nas “televisões, cantores, políticos, empresários”, o dragão, sempre nomeado como “vermelho” com cabeça em “estrelas” (mais

uma referência ao PT) estaria em plena ação, sobretudo por no momento das eleições (SILVA, 2019, p. 66).

Além disso, a RCC durante o pleito presidencial de 2018, disseminou *fake news* em relação à candidatura de Fernando Haddad (PT) à Presidência da República. Partindo da contextualização da disputa, analisa-se os marcadores religiosos presentes na semântica da disputa ênfase ao caráter marcadamente religioso no qual a disputa, destacando o apoio explícito de lideranças religiosas ao candidato do PSL (Partido Social Liberal), Jair Bolsonaro, sejam elas evangélicas ou católicas carismáticas, compreendendo tais marcadores a partir dos desdobramentos recentes da participação mais efetiva de atores do campo religioso na política, sobretudo em disputas eleitorais. De acordo com Emanuel Silva, por meio de análise de conteúdo e de imagem, foi possível ressaltar os principais elementos mobilizados a partir do imaginário cristão, que demarcaram o apoio de católicos carismáticos à Bolsonaro, problematizando-os à luz do slogan religioso escolhido pelo candidato para lema de sua campanha: “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (Jo 8,32) (SILVA, 2020).

Durante essa campanha presidencial, na rede social Facebook, católicos conservadores criaram um grupo intitulado “Movimento contra o comunismo e a teologia da libertação”, segundo o estudo de Emanuel Silva, aparece o destaque das *fake news* compartilhadas no grupo com o objetivo de descreditar, a partir da simbologia religiosa ou não, a candidatura do petista. A observação do fenômeno foi observado porque, sob a égide da “*verdade*” e da “*iluminação*”, os membros do grupo propunham analisar a disputa em curso, com o uso de postagens falsas, no segundo turno, sobretudo via memes, desfavoráveis a Haddad e à sua vice, Manuela D’Ávila (PCdoB, Partido Comunista do Brasil), sem o mínimo comprometimento ético com a verificação dos fatos ali compartilhados, depois tornados opinião pública compartilhada, nos permitindo pensar, em termos analíticos, na verdade como componente semântico, em tempos de redes sociais, e não mais como factual. Os participantes do grupo reproduziam textos nas suas postagens nas redes sociais dos gurus conservadores como

Olavo de Carvalho, Silas Malafaia e Padre Paulo Ricardo (SILVA, 2019, p. 58).

Outro aspecto importante elencado por membros do grupo para não se votar em Haddad, que foi alvo de muitas fakes news compartilhadas, foi a presença de Manuela D'Ávila (PCdoB) como sua vice. Membro do Partido Comunista do Brasil, feminista, mãe solteira, “abortista”, ateia, autora de lei que “fecharia as igrejas” e suposta interlocutora de Adelmo Bispo, o homem identificado como autor do atentado contra Bolsonaro, em 06 de setembro, eram os motivos falsos a se afastar da candidatura do petista, sobretudo por aquilo que sua vice representava (SILVA, 2019, p. 72).

As *fake news* variavam desde a distribuição, por parte de Haddad, de um “kit gay” nas escolas, autorização para operação de mudança de sexo em crianças, até à fraude nas urnas eleitorais compuseram o conjunto de *fake news*, compartilhadas em grupos pró-Bolsonaro durante a eleição presidencial, no grupo já mencionado do Facebook “Movimento contra o comunismo e a teologia da libertação”, administrado e composto por membros do catolicismo carismático, elencando as principais áreas temáticas nas quais se destacou o uso das fakes news contra o candidato petista, pontuando os elementos de um discurso “anti-PT”, que formata uma identidade coletiva da RCC, que compreende a disputa eleitoral como uma “batalha espiritual” do bem contra o mal. (SILVA, 2019, p. 70).

O apoio de lideranças, sobretudo padres da RCC ao candidato Bolsonaro e a forte oposição alicerçada nas *fake news*, a Haddad, legitimando a retórica do “inimigo vermelho” a ser derrotado em nome dos “valores cristãos”, sobretudo a partir da “ameaça comunista”, que se produziria a partir da perseguição aos cultos religiosos, vilipêndio aos símbolos sagrados e, principalmente, ao famoso “kit gay”. Padre Paulo Ricardo, ligado à Comunidade Católica Canção Nova, por exemplo, sugeriu que o episódio da facada contra o candidato Bolsonaro, ocorrida em 6 de setembro de 2018, teria sido planejado “para calar a verdade” a ser dita aos brasileiros pelo candidato, comparando-o a um

“mártir dos tempos modernos”, vítima de “mentiras” e da política do bem contra o mal. (SILVA, 2019, p. 65).

Enfim, “ao que parece, o candidato Bolsonaro reunia em si dois elementos que alçavam a condição de maior importância para a razão de ser do voto carismático e conservador, isto é, a defesa da agenda cristã acompanhada do antipetismo” (SILVA, 2019, p. 67). Todo o conjunto de fatos mostra que, o fundamentalismo religioso político é uma forma radical de integralismo dos “cristãos” da extrema-direita, oferecida pela religião para uma explicação integral do mundo, basta por si só para resolver todas as questões humanas afirmando que a fé fornece todas as respostas que o ser humano precisa, sem necessidade de recorrer à razão; aliás a racionalidade é vista como um perigo e uma ameaça para a fé que deve ser combatida (TOSI, 2018, p. 411).

### **3. ATUAÇÃO DAS IGREJAS PENTECOSTAIS NA POLÍTICA**

Uma vez que o voto é obrigatório no Brasil, as lideranças das igrejas pentecostais negociam o apoio político, junto às mais diversas candidaturas para favorecer os próprios interesses, apresentando suas reivindicações imediatas em troca da adesão do voto dos fiéis-eleitores. É justamente aí que reside seu percentual de poder, ao apresentar-se como uma reserva moral a ser conquistada pelos que disputam a liderança política no flexível e instável mercado da opinião pública (SOUZA & MAGALHÃES, 2002). Sem escrúpulos usam elementos doutrinários como parte da estratégia para persuadir os fiéis-eleitores a votarem em candidatos apoiados pela Igreja. O discurso político-religioso nos cultos transmite a sua visão religiosa e reproduz uma linguagem comum à que seus fiéis e ouvintes nos cultos, fazendo de seus candidatos apoiados homens “escolhidos por Deus”. Algumas igrejas pentecostais conclamam seus fiéis a participar da política para vencer satanás, votando em candidatos apoiados pela Igreja. Deste jeito os fiéis da Igreja não participam apenas das eleições como cidadãos, mas como “soldados de Cristo” na batalha do bem contra o demônio, que deve ser derrotado (CRUZ, 2009, p. 63).

Também, a partir da década dos anos 80, o vertiginoso crescimento da corrente neopentecostal, encabeçada pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), radicalizou a ocupação pentecostal da esfera pública, por meio de vultosos investimentos em rádio e tele-evangelismo e do ingresso na política partidária (MARIANO, 2010). Em 1986, a IURD conseguiu a eleição de um deputado federal para a Assembleia Nacional Constituinte. Em 1990, elegeu três deputados federais e seis deputados estaduais e nas seguintes eleições não parou de crescer o seu êxito eleitoral, elegendando membros da igreja para ocuparem cargos públicos e formando o seu próprio partido.

Não podemos esquecer que em 2014, o Pastor Everaldo batizava no Jordão, como pastor e como presidente do PSC (Partido Social Cristão), o então deputado católico Jair Messias Bolsonaro. Conhecido como deputado do “baixo clero”, principalmente por conta de sua inexpressividade durante os quase 30 anos de mandato parlamentar, legitimou-se, especialmente a partir de 2011, como um deputado “polêmico” por suas posições anticivilizatórias, de oposição a conquistas de direitos, de forma particular das minorias, em diversas entrevistas e pronunciamentos no plenário da Câmara dos Deputados (SILVA, 2019, p. 64). A candidatura de Jair Messias Bolsonaro (PSL) durante o pleito de 2018, foi apoiado fortemente por diversas “cristãos” integristas de extrema-direita. O candidato para legitimar-se em meio a segmentos religiosos cristãos, evangélicos e católicos conservadores usou como slogan a manipulação do texto bíblico: “*conhecereis a verdade e a verdade vos libertará*” (Jo 8,32). Sua candidatura mostrava-se, assim, ser a oportunidade através da qual o país se encontraria com a “*verdade*”, o que localiza em seus opositores, e sobretudo no seu opositor durante o segundo turno, o petista Fernando Haddad, o lócus da “*mentira*”, da qual dever-se-ia “*libertar*” o país. A interpretação seria como: “*conhecereis a verdade*”, entenda-se Bolsonaro e “*a verdade*” ele “*vos libertará*” do PT ou do mal, das trevas, e de uma série de elementos advindos do imaginário religioso, acionados (SILVA, 2019, p. 57-58). Entretanto, o avanço das igrejas pentecostais aumentou uma efetiva prática

política fascista de extrema direita, com a participando os pastores ativamente das campanhas políticas em épocas de eleições.

A partir do apoio incondicional para candidatos evangélicos: “crente vota em crente” surgiu um aumento dos parlamentares da bancada evangélica integristas de extrema-direita. Também, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) teve um papel importante na eleição do candidato Jair Bolsonaro, apelando para que cristãos votem em candidatos alinhados “com os princípios de Deus e também da família”. Por sua vez, o já eleito presidente Jair Bolsonaro apoiou publicamente candidatos, sem sucesso, ligados ou à IURD nas eleições municipais de 2020, como o prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, bispo licenciado da Universal e sobrinho de Edir Macedo, que tentou a reeleição. Também Celso Russomanno em São Paulo, que recebeu apoio de Edir Macedo e permanece próximo do líder religioso. Estes candidatos concorreram nas eleições pelo partido Republicano ligado a IURD e presidido por outro bispo licenciado da mesma igreja, o deputado Marcos Pereira (SP).

Outra figura importante na atuação política pentecostal é Silas Lima Malafaia, pastor da Igreja Assembleia de Deus, principal apoiador e interlocutor-chave entre Bolsonaro e o meio evangélico. Segundo a revista *Época*, Bolsonaro foi eleito com mais de 70% de votos do segmento religioso evangélico. Durante a campanha eleitoral, o pastor aparecia semanalmente ao lado do candidato, ganhando espaço e mais fama junto aos fiéis-eleitores. Porém, em corridas presidenciais anteriores, também apoiou camaleonicamente Lula, Marina Silva, José Serra e Aécio Neves. A sua atuação política parece ser preocupante, comporta-se como um fascista integrista que sataniza e desqualifica quem não penses como ele. É um político profissional que dispõe de poderes econômicos, empresarias e religiosos capazes de influenciar nos diferentes cenários. Furioso, destila ódio e palavras de baixo calão. Passa por cima dos seus desafetos com uma raiva mais diabólica do que divina. Execra esquerdistas, comunistas, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e Transgêneros (LGBT). É um cabo eleitoral eclético, heterodoxo, heterossexual e integrista de

extrema-direita. Ataca e demoniza as pessoas que estão fora dos padrões dele com um linguajar depreciativo. Apresenta-se nas disputas eleitorais como cabo eleitoral com desenvoltura, indicando em quem seus fiéis-eleitores podem ou não votar. Atua na política de acordo com os interesses empresariais, segundo suas simpatias e antipatias ideológicas. No entanto, é absurdo achar que ele é porta-voz de Deus porque é pastor, ou porque usa o púlpito e manipula a Bíblia.

O sucesso eleitoral das igrejas pentecostais nos últimos anos, parece que é porque investiram de maneira pesada nas campanhas políticas, priorizando a ocupação do aparelho do Estado desde os anos 80, o que conduziu em gradual e progressivo aumento de cadeiras ocupadas nos Parlamentos (SILVA, 2017), que viriam a se consolidar com a eleição de Bolsonaro. Neste ínterim, entre os anos 80 e 2018, muitas outras estratégias foram sendo adotadas, que materializaram-se na consolidação da Bancada da Bíblia, na disputa e ocupação crescente de representantes do segmento evangélico nas coordenações de Comissões Parlamentares, elaboração de projetos de lei, busca por indicações de cargos de comando, tal como exercido por Marcos Feliciano na presidência da Comissão Nacional dos Direitos Humanos em 2013, bem como a progressiva interferência em determinadas políticas públicas. Nesse sentido, ainda em 2011, o caso da supressão de cartilhas voltadas à política de igualdade de gênero nas escolas, conhecidas como *“kit anti-homofobia”* foi emblemático, além de vários embates que foram se estabelecendo em torno de temas como a criminalização da homofobia, descriminalização do aborto, uso terapêutico da maconha, comunidades terapêuticas, internação compulsória, demarcação de terras indígenas, militarização das escolas, dentre tantos outros em que o pentecostalismo tem intervindo de modo contundente. Estas estratégias demonstram em certa medida o movimento político que tem sido realizado por representantes da religião pentecostal dentro e fora do aparelho do Estado, cujas alianças parecem ter favorecido em grande medida a ascensão do fundamentalismo de extrema-direita ao poder e intensificaram, no atual momento, discursos e políticas cujas repercussões sinali-

zam elevação da intolerância, violência contra as minorias e violação dos Direitos Humanos (SEVERO, 2020, p. 19-20).

Embora no Brasil seja um Estado laico para a garantia da democracia, dos direitos individuais e coletivos, estabelecidos a partir da Constituição de 1891, separando legalmente o Estado e da religião a laicidade do Estado, tem sofrido fissuras progressivas que se traduzem no cotidiano das relações sociais, especialmente após a campanha eleitoral de 2018. Desde então, as inter-relações entre a religião e a política do presidente Jair Bolsonaro tem se revelado institucionalmente mais fortes. A interferência da religião neopentecostal na política brasileira assumiu um papel definidor da ascensão do fundamentalismo de extrema-direita ao poder no Brasil e da difusão de valores baseados na “moral cristã”, que tem se traduzido cada vez mais nos discursos de intolerância. Há que ressaltar que a teologia da prosperidade, fundamento do pentecostalismo, encontra muitas convergências com a teoria do liberalismo econômico, elemento que parece também conduzir a retroalimentação que potencializa perspectivas políticas integristas da extrema-direita. No âmbito político-institucional, a coalização entre o agronegócio, a violência e a religião, plasmada na “Bancada do Boi, da Bala e da Bíblia” (SEVERO, 2020, p. 18). Enfim, o sucesso eleitoral alcançado no aumento da bancada evangélica está relacionado com participação política direta das igrejas pentecostais, associado ao uso extensivo e intensivo da mídia e do discurso que traz para o campo político importantes elementos simbólicos do campo religioso.

De fato, após a ascensão da política fundamentalista de extrema-direita ao poder no Brasil, a sociedade imergiu em uma atmosfera progressivamente tóxica. Cristalizaram-se os discursos de ódio, a intolerância, o negacionismo e a interferência da religião nas políticas de Estado, sinalizando expressiva ampliação da violência, real e simbólica, contra as minorias, bem como a violação dos Direitos Humanos (SEVERO 2020 p 14). Enfim, há dois elementos que influenciaram diretamente na ascensão ao poder do fundamentalismo da extrema-direita, com repercussão sobre os Direitos Humanos e sociais, que são a religião e as *fake news*.

#### 4. O USO POLÍTICO DE FAKE NEWS NAS REDES SOCIAIS

As redes sociais nasceram com a finalidade de comunicarmos, de conectarmos ou compartilharmos pensamentos entre amigos. Entretanto, na atualidade afrontamos a epidemia de *fake news*, inclusive as redes sociais estão em foco na compra de seguidores fictícios. Na internet, o paradigma de produção e consumo de conteúdos carece de intermediários. Qualquer pessoa pode publicar a própria versão e opinião sobre qualquer assunto, sem que seja necessário a verificação ou fundamento da veracidade. Os conteúdos disponíveis são produto dos próprios usuários e tanto a utilidade, como a veracidade da informação se ajustam com a necessidade dos internautas, que muitas vezes, apenas procuram uma confirmação de um sistema de crenças entroncadas e consolidadas. Inclusive, muitas vezes as discussões degeneram no conflito, entre os lados extremos de pontos de vista, favorecendo a polarização. Esta situação dificulta poder informar corretamente, até o ponto de pôr freio a uma notícia infundada se converta em missão impossível (RICHTER-MORALES, 2018, p. 106-107). Contudo, todos temos o dever de combater o ódio, a calúnia, a inveja, a pedofilia e as notícias falsas nas redes sociais.

Vivemos tempos em que todos estamos superconectado, com um crescimento da disseminação de mentiras e o conceito de verdade sendo colocada à prova cotidianamente, de maneira especial nas redes sociais. Vencem na política os que postam mais fake-news e recebem mais compartilhamentos de *likes*, tendo a web como um espaço público para a circulação de ideias, informações e desinformações. As notícias têm sido uma maneira de informar os acontecimentos relevantes no processo da história e uma forma constante de comunicarmos. Inclusive, pela sua relevância tem mudado países inteiros e grandes personagens (RICHTER-MORALES, 2018, p. 22). Todavia, as notícias falsas se converteram em uma praga com a finalidade de gerar ódio, criar divisão e aumentar as divergências ideológicas, de maneira especial na política, mexendo com os sentimentos subjetivos.

As *fake news* são notícias tendenciosas que têm a intenção de enganar, com uma finalidade específica, são mentira intencionais a serviço de determinados interesses e que muitas vezes criam discursos de ódio. Afirmar um fato que certamente, não ocorreu ou não aconteceu do jeito que está narrado, para despertar a indignação ou a confirmação dos preconceitos de um público alvo. Elas adquiriram um grande impulso a partir da socialização da Internet, das redes sociais e dos buscadores do Google, entre outros. Portanto, a liberdade de expressão não é o direito absoluto para manifestar ideias e pensamentos falsos disfarçados como verdade ou a mistura da verdade com a mentira, aonde a mentira é o fundo e a verdade a forma. A liberdade de expressão, não é liberdade de mentir. Isto é, existe o direito da informação, mas também o direito a saber verdade.

Todavia, as *fake news* não constituem uma espécie de mentira. Porém, são uma nova modalidade de mentira, com destinações muito bem marcadas. São a falsificação de um relato jornalístico ou de um enunciado opinativo nos moldes dos artigos publicados em jornal. Provem de fontes desconhecidas. Elas têm uma autoria, quase sempre forjada e descontextualizam os argumentos para produzir entendimentos falsos. Sempre há o propósito de lesar os direitos do público, para levar a adotar decisões contrárias àquelas que se tomariam, se conhecessem a verdade dos fatos. Isto é, tapeiam o leitor na política, na saúde pública, no mercado de consumo, na ciência ... Dependem da existência das tecnologias digitais da internet, das redes sociais e da inteligência artificial. Estas são espalhadas numa escola e velocidade sem precedentes na história. Enfim, as notícias fraudulentas dão lucro político, econômico, ideológico... são um bom negócio obscuro (BUCCI, 2019, p. 41-42).

A incorporação de diversas redes sociais que vem emergindo como o *Facebook*, o *Twitter*, o *Instagram* e o *WhatsApp*, com novas possibilidades de compartilhamentos e modos de atuação que se tornaram um terreno fértil para o surgimento das *fake news*. Estas caracterizam-se por uma informação falsa intencionalmente divulgada, que visa atingir interesses de indivíduos ou

grupos. Existem três características que definem as *fake news*: 1) o componente de uso da narrativa jornalística e dos componentes noticiosos; 2) o componente da falsidade total ou parcial da narrativa e; 3) a intencionalidade de enganar ou criar falsas percepções através da propagação dessas informações na mídia social (RECUERO e GRUDZ, 2019, p. 33). Sublinhando ainda que as *fake news* criam narrativas que reverberam preconceitos e visões de mundo dos atores sociais. Assim, a mídia social, em virtude de sua estrutura e capacidade de compartilhamento da informação pode potencializar a circulação de *fake news*, especialmente as de conteúdo eleitoral (RECUERO e GRUDZ, 2019).

Infelizmente, as *fake news* se espalham muito mais rápido e são mais populares que as notícias verdadeiras. As pessoas agem por impulso e por sentimentos baixos como carência afetiva, ódio, inveja e ideologia. Esse tipo de notícia de baixa qualidade é veloz em alcançar um amplo público, não pela atividade de robôs, mas porque é produzida para causar reações emocionais no público, como raiva e ódio, o que causa maior compartilhamento. As notícias hoje circulam por impulsos emocionais, sem mediações da razão, aí as fraudulentas levam vantagem (BUCCI, 2019, p. 43-44). As redes sociais têm um lado escuro, são lugares de negação das evidências científicas, disseminação do ódio, capaz de ameaçar a existência da democracia. As pessoas repassam com frequência mensagens falsas, por acreditarem, às vezes, ingenuamente que as mensagens que recebem sejam verdadeiras, sem desconfiança do conteúdo. A hipótese é que teriam pouco discernimento ou serem fortemente influenciadas por ideologias, portanto as *fake news* acabaram definindo eleições em campanhas políticas.

Criar uma notícia falsa é muito fácil. Na atualidade a tecnologia digital permite alterar fotografias ou vídeos com vários aplicativos em que a manipulação de cenas e dados é muito simples. A distorção de imagens aumentou de forma exponencial. A dispersão destas nas redes sociais de foros manipuladas, causa uma descontextualização de informação, fazendo que a audiência suponha histórias falsas ou que sem o contexto adequado se

convertam em histórias falsas (RICHTER-MORALES, 2018, p. 33). Este tipo de *fake news* encontram um fértil terreno de ação política em processos eleitorais, onde lamentavelmente é usada para desqualificar os adversários.

## 5. AS FAKE NEWS NA DISSEMINAÇÃO DO ÓDIO

A partir de 2016, surgiu na universidade de Oxford nos Estados Unidos a palavra “pós-verdade” como palavra do ano. Segundo o dicionário da instituição, “descreve circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais”. Pós-verdade seria um sistema dinâmico de ideias, proposta que, no âmbito do presente texto, reforça a necessidade de uma abordagem cautelosa e atenta ao itinerário de discussão da obra analisada. Pós-verdade e *fake news* são dois termos que ganharam notoriedade. Foram criados, entre outras razões, para dar sentido a dois fenômenos que surpreenderam a opinião pública no decorrer do ano como o Brexit e a eleição do presidente D. Trump. A mídia e boa parte da elite do mundo ocidental não apoiavam e foram surpreendidas, tanto pelo Brexit, como pela vitória de Trump. Então, pós-verdade não é a mesma coisa que mentira ou fake-news, mas descreve uma situação em que a criação e a formação da opinião pública, os fatos objetivos têm menos alcance do que às emoções e às crenças pessoais. A pós-verdade é a relativização da verdade, na banalização da objetividade dos dados e na supremacia do discurso emocional subjetivo. Em outras palavras, a verdade não é falsificada ou discutida, mas com importância secundária, pois trata-se de “reforçar preconceitos”, dando uma impressão de distinção sofisticada, mas não é, realmente, mais do que um palavreado sem fundamento. Porém, a verdade quase sempre pode ser subjetiva e não conhecível. (GENESINI, 2018, p. 47).

As últimas eleições presidenciais do Brasil, foram decididas por mensagens compartilhadas nas redes sociais, sobretudo através do *WhatsApp*. Colaboram para isso dois fatos, especialmente: o esvaziamento da mídia tradicional como ator político

importante nas disputas eleitorais, como havia sido até então, e a propagação em massa das chamadas *fake news*. No ambiente do *WhatsApp*, estudos mostraram que os conteúdos pró-Bolsonaro chegaram, na última semana do primeiro turno, a 40 mil grupos por dia. Supondo uma média de cem pessoas por grupo, a campanha pode ter alcançado 28 milhões de indivíduos, diretamente, no momento crítico da corrida eleitoral. A exitosa campanha parece ter sido produto de uma gestão eficiente, mesmo que acidental, do uso das mídias sociais. A utilização foi liderada pelo filho Carlos Bolsonaro. Um processo que não teve início com a propaganda eleitoral, mas que foi desenvolvido ao longo dos anos. Sua vitória não foi exclusivamente um “produto do *WhatsApp*”, mas resultado de uma nova conjuntura, tanto política quanto tecnológica, na qual essa grande transformação nas plataformas de comunicação era um dos elementos centrais (MOURA & CORBELLINI, 2019, p. 118-120).

Não podemos esquecer que, existe uma série de grandes empresários, que foram acusados de financiar uma sistemática cadeia de disseminação de *fake news*, como o empresário Luciano Hang dono das lojas Havan e Otávio Fakhoury dono do Website Crítica Nacional. Segundo o cientista político Antônio Marcelo Jackson, o presidente “foi eleito a partir das *fake news*. Afinal de contas, ele vive disso e para isso. Se acabarem as *fake news*, acaba Jair Bolsonaro” (GUIMARÃES & PEREIRA, 2020). Enfim, no Brasil, as eleições de 2018, configuraram um divisor de águas, marcado por *fake news* e por novas estratégias políticas nas redes sociais, que deslocaram o lugar do debate público e da disputa, historicamente centrado nos canais de televisão, para o universo das redes (SEVERO, 2020, p. 21).

Nos processos políticos as redes sociais passaram a configurar-se como uma forma de expressão dos movimentos sociais e políticos, de ativismos emergentes e mobilizações que também instituíram mudanças profundas nos modos como os movimentos sociais de esquerda historicamente se organizaram (SEVERO, 2020, p. 20). De tal modo, que o MBL (Movimento Brasil Livre), movimento político integrista de extrema-direita, mediático

e virtual, que semeou o ódio no Brasil, para eleger Bolsonaro, por meio da disseminação de *fake news*, com ideias que misturam o sistema liberal com a extrema-direita nas redes sociais. Provocaram um discurso agressivo de ódio e de integrista fundamentalista, através de imagens e narrativas que visam à desconstrução dos candidatos adversários e das políticas sociais. Rendendo culto à tradição que idealiza o passado, a masculinidade, com medo da diferença sexual, de gênero, racial e religiosa. Inclusive, cultuando a tecnologia, mas não a razão. Infelizmente, estes grupos são muito eficientes nas estratégias discursivas que alimentam o ódio, aprofundam as divisões e a divisão: “nós contra eles”. A finalidade principal é divulgar *fake news*, quase sempre temporárias e fluidas, para que sejam virilizadas nas redes sociais.

A campanha eleitoral presidencial, ancorada na difusão de *fake news*, discursos de ódio, valores morais, relações intrínsecas entre a religião e a política, assim como a construção de narrativas míticas. Após a ascensão do fundamentalismo da extrema-direita ao poder, a sociedade imergiu em uma atmosfera progressivamente tóxica. Cristalizaram-se os discursos de ódio, a intolerância, o anti-intelectualismo, a negação da ciência e interferência da religião nas políticas de Estado, sinalizando expressiva ampliação da violência, real e simbólica, contra as minorias, bem como a violação dos Direitos Humanos (SEVERO, 2020, p. 16). As *fake news* ganharam visibilidade por sua capacidade de influenciar os sistemas políticos, notadamente os processos eleitorais, bem como aprofundar a polarização política. Além disso, houve fortes impactos pela ascensão dos movimentos integristas de extrema-direita, criando fortes impactos na sociedade brasileira.

Após a eleição presidencial, foi criada em Brasília, a CPI (Comissão Parlamentar do Inquérito) das *fake news* com a finalidade de investigar os ataques cibernéticos de grupos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e

suicídio. A quebra de sigilos permitiu identificar quem são os responsáveis pela operação dos perfis suspeitos de integrar a rede de ataques virtuais a políticos. Os grupos integristas de extrema-direita alimentam perfis com os codinomes “*PresidenteBolsonaro-BR-Mito do Brasil*” e “*Conservador Liberal*”, ambos com mais de 100 mil seguidores. A CPI tem um árduo e intenso trabalho que tenta frear as atitudes antidemocráticas dos fascistas da extrema-direita que atentam contra os Direitos Humanos.

Enfim, um campo muito frutífero é o desenvolvimento das *fake news* nos processos eleitorais e políticos, acompanhados pelas inovações tecnológicas para disparar falsas notícias nas redes sociais contra os adversários, com a finalidade de enganar os eleitores, atentando contra o processo eleitoral e mesmo contra a democracia, como aconteceu nas últimas eleições no Brasil. Sabemos que, as notícias falsas vão além de informações tendenciosas ou manipuladoras. Elas são informações desleais, desenhadas para se fazer passar por notícias, com a finalidade de conseguir enganar ou desinformar de forma enfraquecida, com o objetivo de alcançar fins políticos ou financeiros (RICHTER-MORALES, 2018, p. 27-28). Não podemos esquecer que a liberdade de expressão e de informação, inclusive do conhecimento da verdade, são parte fundamental do sustento de qualquer democracia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campo religioso o discurso político demonizador do bem contra o mal, dos pregadores nas igrejas é fortemente carregado de um sentido ideológico de extrema-direita, que tem como finalidade favorecer os próprios interesses, apresentando suas reivindicações em campanhas políticas em troca da adesão dos fiéis-eleitores. O seu poder está ao apresentar-se como uma “reserva moral” a ser conquistada na defesa dos valores tradicionais como a família, a moral, o capital e contra esquerdistas, comunistas, LGBT, nesse sentido procuram candidatos de extrema-direita que encarnem todos os “valores” fundamentalistas, integristas e conservadores. Para alcanças a finalidade usam as *fake news* como

instrumento para atingir os que pensam diferente. Se acabarem as *fake news*, acaba o aparato montado por eles.

Parece que os grupos religiosos de extrema-direita não querem entender que é incompatível ser “cristão” e ser defensor de um fundamentalismo integrista que atenta contra a vida. Usar uma linguagem com um discurso de ódio e com gestos violentos não corresponde à ética e a vivência do cristianismo. Uma política com atitudes caracterizadas por atos antidemocráticos, com discursos de ódio, *fake news*, que despreza o princípio da vida, minimiza os efeitos da pandemia, são atitudes totalmente opostos aos valores do Evangelho. A sociedade brasileira, embora se declare cristã na sua maioria, mas ao compactuar com um aparato repressor militarista de ódio, que luta contra a vida, significa que a mensagem de redenção da prática cristã foi jogada ao lixo.

Os Cristãos integristas de extrema-direita, em tempos de pandemia, diante da necessidade do *lockdown*, querem que os serviços nos templos sejam considerados essenciais para que não pare o culto. Mas que tipo de fé é esta que consegue ver Deus apenas nas paredes dos templos e das igrejas, mas não nas pessoas que sofrem e estão morrendo nas UTIs (Unidades de Tratamento Intensivo), que consegue adorar Deus no templo, mas não no compromisso com a vida e com os que sofrem. Parece muitas vezes mais apegado aos ritos nas igrejas e mais importante que defender a essência da vida. Para os católicos a Eucaristia é alimento, mas também é comunhão com os irmãos. Não podemos amar a Deus quem não vemos se não amamos ao próximo (cf. 1Jo 4,20-21).

Afinal, como missionários para anunciar o Evangelho temos que estar atentos aos “sinais dos tempos” diante das incertezas e da realidade que vivemos (cf. Lc 12,54-59). Somos chamados a fazer um apelo a todos os cristãos com os quais temos contato de refletir e discernir de maneira serena e objetiva os caminhos que o Espírito aponta hoje para humanidade, a fim de defender os direitos humanos e sociais. A estarmos conscientes de que as atitudes de integristas da extrema-direita são contrárias aos prin-

cópios do cristianismo e, portanto, do Evangelho, por isso somos convidados a retornar os valores do Reino de Deus em defesa da vida dos pobres.

### PARA REFLETIR

- Será que os fundamentalismos vão ao encontro do projeto de Jesus Cristo?
- Qual deve ser a nossa postura como missionários diante dos conflitos causados pelos fundamentalismos?
- Quais são os efeitos das fake news na nossa vida cotidiana e na nossa missão?

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERKEMEYER, F. A mentira da pós-verdade. *Revista Uno Desenvolvendo Ideias*. A era da pós-verdade, versus a decepção. N. 27, p. 26-27, 2017. Disponível in: <[www.desenvolvendo-ideias.com.br](http://www.desenvolvendo-ideias.com.br)>. Acesso: 01/04/2020.

BUCCI, E. News não são fake – e *fake news* não são news. In: BARBOSA, M. (org). *Pós-verdade e fake news, reflexões sobre a guerra de narrativas*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 37-48.

CRUZ, Marcelo P. *A igreja universal do Reino de Deus no “jogo do poder”*. Aliança com o Partido dos trabalhadores nas eleições presidenciais de 2002. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. São Paulo: PUC-SP, 2009.

GENESINI, S. A pós-verdade e uma nota falsa. *Revista USP*. São Paulo, n. 116 p. 45-58, janeiro/fevereiro/março 2018, p. 46-58.

GUIMARÃES, Karoline C. & PEREIRA Maria C. Neoliberalismo e fascismo: o paradigma perverso do bolsonarismo. *Revista Eletrônica Interações Sociais – REIS Revista de Ciências Sociais*. Rio Grande, v. 4, n. 1, jan./jun. 2020. p. 30 – 47.

MARIANO, Ricardo. Império Universal: Igreja neopentecostal cresce mundialmente, exporta sua hierarquia chefiada por brasileiros e enfren-

ta acirrada concorrência religiosa. *Folha de São Paulo*. Caderno Mais, 2 de Maio de 2010.

MOURA, Maurício; CORBELINNI, Juliano. *A Eleição Disruptiva – porque Bolsonaro venceu*. Record: Rio de Janeiro, 2019.

RECUERO, Raquel; GRUZD, Anatoliy. Cascatas de *Fake news* políticas: um estudo de caso no Twitter. *Galáxia*, São Paulo, n. 41, p. 31-47, mai./ago. 2019.

RICHTER-MORALES, U. *El ciudadano digital, fake news y posverdad en la era de internet*. México: Oceano, 2018.

SEVERO, Denise O. Impactos da ascensão dos movimentos de extrema-direita sobre os Direitos Humanos no contexto do Brasil: uma proposta de matriz de análise. *Revista Eletrônica Interações Sociais – REIS Revista de Ciências Sociais*. Rio Grande, v. 4, n. 1 jan./jun. 2020, p. 14 – 29.

SILVA Emanuel. “Compartilharei as fakes e as fakes me elegerão”: uma análise de fakes news anti-Haddad em redes sociais de católicos carismáticos. Agenda Política. *Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos*. São Carlos, v. 7, n. 2, 2019, p. 56-79.

SOUZA, Etiane C. B & MAGALHÃES, Marionilde D. B. Os pentecostais: entre a fé e a política. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n. 43, 2002.

TOSI, Giuseppe. Religião e política: Três possíveis relações. *Religare, Revista de pós-Graduação em Ciências da Religião UFPB*, v.15, n.2, dez. 2018, p. 382-421.

UNISINOS. *O ódio não é algo natural e inevitável*”. Entrevista com Juan José Tamayo. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br>>. Acesso: 27/02/2021.

VILLASENOR, Rafael L. A estratégia política da Igreja Universal do Reino de Deus: um estudo sobre as eleições presidenciais 1989, 1994 e 2002. *Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais*. PUC-SP. São Paulo, n. 8, 2010, p. 155-164.